

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
ASSISTENTE SOCIAL PLANTONISTA

NOME DO CANDIDATO:	NÚMERO DE INSCRIÇÃO:
--------------------	----------------------

<p>VOCÊ RECEBEU DO FISCAL DE SALA ESTE CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA:</p>	<p>O candidato estará sujeito à ELIMINAÇÃO do concurso nas seguintes situações:</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao Fiscal de Sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores. 2. Para cada questão existe apenas UMA única alternativa adequada. 3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de 30 (TRINTA) minutos após o início da prova. 4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento da Cartão de Resposta. 5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu Cartão de Resposta. 6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente Caderno de Questões não serão considerados na avaliação. 7. Após 2 (duas) horas do início das provas, o candidato poderá levar o caderno de questões. 8. A saída do prédio deverá ser em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo a qualquer horário o Cartão de Resposta ou o Caderno de Questões caso saia antes de 2h de prova. 2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, Smartwatch bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie, descritos ou não no edital. 3. Comunicar-se com qualquer outro candidato. 4. Deixar de assinar o Cartão de Resposta. 5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do Fiscal de Sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso. <hr/> <p>Divulgação das provas e do gabarito preliminar:</p> <p>"Prezado(a) candidato(a), todas as informações essenciais do concurso estarão disponíveis de forma prática e acessível através do QR Code abaixo, que o levará a página relativa ao Concurso em nosso site. Fique atento(a) e utilize o código para obter detalhes sobre o Gabarito, Editais de Convocação para Provas Práticas ou Provas de Títulos (quando for o necessário para o cargo), Homologação, datas para entrega de documentação e demais instruções para o seu sucesso nessa jornada rumo à aprovação. Boa sorte!"</p> <div style="text-align: right;">  </div> <p>www.facetconcursos.com.br</p>

Ao terminar a prova **em tempo inferior a 02 (duas) horas**, chame o fiscal de sala, verifique se assinou corretamente e preencheu o Cartão de Resposta. **DEVOLVA** todo o material junto com esse Caderno de Questões, sendo permitido apenas destacar nesta 1ª folha do Caderno de Questões esta fita de respostas, onde nela o candidato deverá anotar o rascunho do seu gabarito.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Em Morte e Vida Severina, a composição coral do retirante assume forma de denúncia social rigorosamente construtiva, na qual o trabalho formal cria tensão entre fatalismo e resistência. O contraste com A Bagaceira, vista por Antonio Candido como marco do romance nordestino moderno, evidencia um narrador crítico que dialoga com oralidades e memórias coletivas. À luz de Bakhtin, a coexistência de vozes populares e eruditas amplia o horizonte interpretativo e instaura polifonia, tensionando discursos hegemônicos, ironias e pontos de vista conflitantes que se respondem mutuamente no texto.

Com base no texto e na teoria bakhtiniana, assinale a proposição que melhor caracteriza a polifonia.

- a) A ironia dilui responsabilidade enunciativa, mantendo uma autoria implicitamente centralizadora no texto.
- b) O intertexto folclórico lê-se como alusão casual, sem função argumentativa no conjunto.
- c) A variação rítmica predomina estilisticamente, substituindo temas sociais por musicalidade no poema.
- d) A justaposição de vozes narrativas expõe conflitos sociais simultaneamente encenados no texto.
- e) O discurso metalinguístico prevalece, explicando procedimentos técnicos ao leitor detalhadamente no trecho.

2. Em ambientes digitais, peças que combinam vídeo curto, infográfico e microtexto argumentativo articulam citações literárias (p.ex., Libertinagem, de Manuel Bandeira) e matrizes populares dramatizadas (p.ex., Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna), produzindo enunciados híbridos com forte orientação persuasiva. Nesses formatos, a disposição gráfica, a ancoragem verbal e a seleção de evidências visuais constroem ethos e pathos, ao mesmo tempo que mobilizam referenciais intertextuais. A identificação adequada do gênero e da função discursiva exige reconhecer o protagonismo do comentário opinativo que organiza os recursos semióticos para sustentar o ponto de vista.

Considerando o texto, classifique adequadamente o produto multimodal descrito.

- a) Relato técnico institucional, voltado prioritariamente à objetividade informativa normativa no ambiente digital.
- b) Sequência multimodal híbrida, predominando comentário opinativo com função argumentativa no ambiente digital.
- c) Notícia jornalística convencional, apresentando pirâmide invertida com foco referencial no ambiente digital.
- d) Resenha acadêmica formal, priorizando ficha bibliográfica e linguagem padronizada no ambiente digital.
- e) Crônica literária tradicional, centrada em narração de fatos cotidianos no ambiente digital.

3. Ensaaios que cotejam Casa-Grande & Senzala e o ciclo da cana em José Lins do Rego frequentemente manejam concessões estratégicas: reconhecem aspectos robustos de determinada hipótese (p.ex., pertinência histórica), mas, adiante, refutam limitações metodológicas (p.ex., essencialismos). Esse jogo argumentativo, calcado em progressão temática controlada, equilibra ethos de fair play crítico e a construção paulatina da tese, evitando o efeito de “homem de palha”. A concessão, portanto, funciona como antecipação de objeção plausível, reduzindo resistências e fortalecendo o encadeamento lógico da refutação subsequente.

À luz do texto, identifique a formulação que melhor descreve a função da concessão.

- a) A refutação ignora contra-argumentos, preservando tese sem exposição crítica adequada no debate.
- b) A intertextualidade repete fontes, afastando diálogo e enfraquecendo autorrelação argumentativa do texto.
- c) A progressão temática depende exclusivamente de paralelismo frasal, desconsiderando coesão referencial global.
- d) A exemplificação substitui dados empíricos, permitindo conclusões autorreferenciais convincentes no raciocínio global.
- e) A concessão antecipa objeção plausível, reduzindo resistência e reforçando legitimidade do argumento.

4. Em leitura pragmática de personagens do Auto da Compadecida, enunciados aparentemente paradoxais como o célebre “Chicó não mente: seleciona verdades” convocam inferências partilhadas. Segundo Grice, implicaturas conversacionais surgem

quando o enunciador, ao “violiar” máximas de modo calculado, confia no princípio de cooperação para que o destinatário recupere significados não ditos literalmente. O humor emerge da distância entre o dito e o implicado, modulada por contexto cultural e expectativas do leitor, que infere o sentido não explicitado.

Considerando o texto, assinale a alternativa que melhor define a implicatura conversacional.

- a) O sentido resulta apenas do léxico, independente da situação comunicativa e contexto.
- b) O ato ilocutório resume conteúdo, dispensando inferências pragmáticas do destinatário atento contextual.
- c) A fala sugere informação não dita, inferida pelo princípio da cooperação conversacional.
- d) O pressuposto coincide com implicatura, ocorrendo como informação semanticamente prescritiva estável geral.
- e) A ironia elimina implicaturas, porque explicita o contrário sem ambiguidades interpretativas contextuais.

5. Na poesia de Augusto dos Anjos, a convivência de léxico científico (“clorofórmio”, “álcido”) com imagética fúnebre e confessional produz choque estilístico que se distingue do anti-ornamento construtivo cabralino. Em João Cabral, o rigor do desenho verbal e a recusa do sentimentalismo armam um “frio de método”. Em Augusto, a hibridização tecnocientífica acentua o estranhamento filosófico do eu poético, criando uma fricção entre corporalidade degradada e reflexão metalinguística.

Segundo o texto, identifique o efeito predominante da mistura lexical científica e confessional.

- a) O hibridismo lexical científico intensifica grotesco, produzindo estranhamento semântico e crítico acentuado.
- b) A metáfora substitui conceitos, neutralizando tensão e iluminando lirismo sentimentalizador textual contemporâneo.
- c) A metonímia prevalece, reduzindo abstrações à materialidade sensorial sem ressonância filosófica relevante.
- d) O eufemismo domina, suavizando temas fúnebres, diluindo dor em pacificação discursiva aparente.
- e) A aliteração conduz argumento, priorizando sonoridade, suprimindo densidade conceitual constitutiva central necessária.

6. Em análise comparada de períodos em Osman Lins e José Américo, aparecem sujeitos compostos antepostos e pospostos, além de estruturas com porcentagens e expressões partitivas. A norma culta codifica: (i) sujeito composto anteposto → verbo no

plural; (ii) sujeito composto posposto → plural ou concordância atrativa com núcleo próximo, conforme estilo; (iii) coletivos variam segundo enfoque semântico; (iv) partitivas frequentemente atraem plural pelo núcleo. A adequada leitura requer observar a posição do sujeito, foco informacional e registro.

De acordo com o texto, assinale a alternativa normativa correta.

- a) Porcentagem com determinante plural exige singular, vedada concordância por aproximação sintática normativa.
- b) Coletivo específico costuma exigir plural, independentemente do enfoque semântico do falante informado.
- c) Expressão partitiva costuma produzir plural, ainda que núcleo venha determinado singularmente claro.
- d) Sujeito simples elíptico determina plural, seguindo referente implícito distante no período textual.
- e) Sujeito composto anteposto exige plural; posposto admite concordância atrativa facultativa contextual pragmática.

7. Em cartas políticas de José Américo) e crônicas de Manuel Bandeira, ocorrem verbos de regência controversa na prova: assistir (ver) rege “a”; visar (almejar) prefere “a” + infinitivo ou substantivo; obedecer rege “a”; preferir seleciona “X a Y”; implicar (acarretar) é transitivo direto. Em registros formais, o afastamento desses padrões tende a marcar variação estilística não normativa.

Segundo o texto, assinale a afirmação que segue a regência normativa.

- a) O verbo obedecer requer preposição a, mesmo com pronomes substantivos determinados corretamente.
- b) O verbo assistir, sentido ver, rege a preposição a sem artigo explícito.
- c) O verbo implicar, sentido acarretar, admite preposição em construções formais equipolentes modernas.
- d) O verbo visar, sentido almejar, exige objeto direto, evitando preposição a normativa.
- e) O verbo preferir seleciona complemento direto, proibindo expansão correlativa introduzida por a.

8. Na prosa crítica sobre A Educação pela Pedra, advérbios antepostos sem pausa (“sempre”, “ainda”, “já”) operam atração para próclise, preferência da variante brasileira no registro formal. Com o futuro do presente, a mesóclise é possível; porém, diante de conectores atrativos (p.ex., “que”), a próclise se fortalece. Em locuções, a colocação varia conforme foco informacional e estilo, admitindo próclise ao principal.

À luz do texto, assinale a regra que melhor representa a distribuição preferencial.

- a) Locuções verbais exigem ênclise ao auxiliar, vedando próclise junto ao principal flexionado.
- b) Diante de oração subordinada, mesóclise generaliza-se, afastando próclise em registros formais específicos.
- c) Com futuro do presente simples, admite-se ênclise obrigatória sem variação estilística relevante.
- d) Após advérbio inicial sem pausa, pronome átono coloca-se proclítico preferencialmente no português.
- e) Após conjunção integrante, ênclise torna-se preferencial, evitando atração exercida pelo que atrativo.

9. Em resenhas que comparam Avalovara e Menino de Engenho, aparecem locuções adverbiais femininas cristalizadas (“à tarde”, “à medida que”) e usos clássicos de contração “a + a”. Por outro lado, evitam-se usos irregulares: antes de verbo no infinitivo; diante de pronomes pessoais; e em certos deícticos depende do artigo. A leitura atenta do contexto sintático e do artigo definido antecedente decide a ocorrência.

Com base no texto, assinale a alternativa adequada sobre o emprego da crase.

- a) Crase aparece obrigatória antes de nomes masculinos determinados por adjuntos restritivos complexos.
- b) Crase relaciona dois substantivos, funcionando como preposição genérica de ligação sintática ampla.
- c) A crase marca contração a mais artigo, ocorrendo em locuções femininas cristalizadas.
- d) Evita-se crase diante de pronomes demonstrativos aquele, aquela, aquilo, sem exceções categóricas.
- e) Emprega-se crase antes de verbo no infinitivo, indicando valor claramente aspectual geral.

10. O debate sobre “estrangeirismos” em colunas que citam Poética e dialogam com o purismo dramatizado em peças de Ariano Suassuna recoloca a questão da adaptação: sistemas linguísticos integram empréstimos segundo fonologia, morfologia e usos sociais. Empréstimos podem consolidar grafias aportuguesadas; neologismos seguem processos regulares (derivação, composição). Mudança lexical é dinâmica e pluriescalar (comunidades de prática, mídia, escola).

Considerando o texto, assinale a alternativa correta sobre empréstimos e neologia.

- a) Variação regional impede empréstimos, pois restringe circulação lexical em comunidades escolares diversas.
- b) Neologismos de formação regressiva equivalem semanticamente aos de composição necessariamente estruturados sempre.
- c) Mudança lexical ocorre exclusivamente por planejamento estatal, desconsiderando dinâmicas socioculturais históricas complexas.
- d) Estrangeirismos mantêm grafia original invariavelmente, rejeitando adaptações fonológicas consagradas culturalmente locais em.
- e) Empréstimos integrados sofrem adaptação morfológica e semântica conforme sistema receptor estabelecido nacional.

11. Em parágrafos ensaísticos que aproximam Casa-Grande & Senzala de crônicas paraibanas, orações adverbiais longas antepostas demandam marcação prosódico-sintática para preservar a legibilidade. Vírgulas são recurso principal para isolar segmentos deslocados; ponto e vírgula coordena períodos extensos de igual hierarquia; travessões marcam incidências expressivas. Escolhas pontuativas devem respeitar coesão, hierarquia e ritmo argumentativo.

Segundo o texto, identifique o uso pontuativo adequado ao deslocamento adverbial longo.

- a) O travessão impede intercalação, devendo restringir-se exclusivamente a falas dialogadas formais estritas.
- b) A vírgula pode isolar orações adverbiais deslocadas quando longas, preservando coesão textual.
- c) As reticências substituem vírgulas, mantendo idêntica hierarquia entre orações coordenadas complexas uniformes.
- d) A vírgula elimina ambiguidade entre sujeito e verbo, marcando concordância necessariamente precisa.
- e) O ponto e vírgula separa sujeito e predicado, reforçando pausa sintática obrigatória.

12. O Manual de Redação da Presidência da República orienta que documentos oficiais observem clareza, concisão, impessoalidade e padronização, ajustando registro ao destinatário e finalidade administrativa. Influências freireanas sobre participação social informam políticas de linguagem inclusiva sem ferir a objetividade requerida. Figuras ornamentais, coloquialismos e marcas de subjetividade devem ser evitados em atos normativos e comunicações formais.

À luz do texto, assinale a diretriz que melhor resume a redação oficial.

- a) Admite ironia sutil, desde que mantenha respeitosa polidez entre autoridades políticas relevantes.
- b) Restringe coesão, evitando conectores lógicos para facilitar leitura pública generalizada ampla nacional.
- c) Valoriza estilo autoral, permitindo marcas subjetivas e metáforas em comunicações regulatórias burocráticas.
- d) Prioriza clareza, concisão, impessoalidade e padronização, adequando linguagem ao destinatário institucional previsto.
- e) Prefere perífrases ornamentais, substituindo termos técnicos por circunlóquios de elegância protocolar expressiva.

13. Em relatórios que analisam Morte e Vida Severina em cotejo com A Bagaceira, a organização segundo ABNT exige: resumo informativo (objetivo, método, resultados, conclusões), citações autor-data (NBR 10520), referências (NBR 6023), coerência e coesão. Resenhas críticas exigem fundamentação; projetos requerem problema, objetivos, método e cronograma; artigos demandam revisão de literatura e seção metodológica.

Com base no texto, assinale a alternativa normativa correta.

- a) O relatório técnico ignora normas, priorizando estilo literário pessoal com interjeições enfáticas.
- b) O projeto acadêmico dispensa problema, bastando cronograma com orçamento em planilhas simplificadas.
- c) O resumo informativo apresenta objetivos, métodos, resultados e conclusões, adotando sistema autor-data.
- d) A resenha acadêmica prescinde de referências, privilegiando impressão subjetiva do resenhista interessado.
- e) O artigo científico substitui fundamentação teórica por descrição impressionista de procedimentos exploratórios.

14. A poética cabralina é marcada pela “arqueação” construtiva do verso, recusa do sentimentalismo e atenção ao trabalho material da linguagem; Manuel Bandeira combina coloquialidade e lirismo modernista; Ariano Suassuna reelabora épico popular com forte oralidade. A crítica reconhece em João Cabral uma ética da forma, que dramatiza o objeto sem derramar emotividade.

Considerando o texto, assinale o enunciado coerente com a poética de João Cabral.

- a) O romance de José Lins cultiva depuração metalinguística rigorosa, abandonando elementos regionais.

- b) A linguagem cabralina privilegia objetividade construtiva, recusando sentimentalismo e excesso ornamental deliberado.
- c) A prosa de Osman Lins dilui forma, subordinando-se integralmente ao conteúdo temático.
- d) O verso suassuniano elimina oralidade popular, buscando universalidade clássica descontextualizada abstrata teatral.
- e) A dicção bandeiriana equipara-se totalmente, adotando idêntica recusa de imagens sensoriais visuais.

15. À luz de Paulo Freire, ensino de língua deve acolher a variação e combater o preconceito linguístico, distinguindo norma padrão (convenção codificada para circulação pública formal) e norma culta (uso efetivo de falantes letrados em contextos de prestígio). Em José Lins do Rego, marcas regionais integram projetos estéticos que tensionam hierarquias de valor, mostrando legitimidade comunicativa dos repertórios locais.

Com base no texto, diferencie corretamente a norma padrão e a norma culta.

- a) A variação social impede ensino crítico, exigindo uniformidade expressiva nas avaliações institucionais.
- b) A variação regional compromete coesão textual, inviabilizando produção acadêmica compartilhada contemporânea múltipla.
- c) Os usos não padrão equivalem a erros, sem legitimidade comunicativa nas práticas.
- d) A norma culta coincide totalmente com gramática normativa, sem divergências de registro.
- e) A norma padrão é convenção codificada; norma culta refere-se ao uso letrado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. À luz de Raichelis e Almeida, e considerando a LGPD (Lei 13.709/2018) no contexto das políticas públicas, qual proposição expressa o núcleo do problema ético-jurídico da informatização no Serviço Social?

- a) A informatização amplia acesso e eficiência, mas não dispensa base legal nem consentimento quando exigível, sendo indevida a invocação genérica de “interesse social” para legitimar o tratamento de dados.
- b) A digitalização amplia rastreabilidade e governança informacional, exigindo minimização de dados, base legal apropriada e preservação do sigilo profissional.
- c) O prontuário eletrônico uniformiza registros e neutraliza vieses técnicos, bastando anonimização eventual para compatibilizar com parâmetros ético-legais.

- d) A interoperabilidade cadastral pode qualificar o planejamento público, desde que haja base legal específica, finalidade compatível, minimização e salvaguardas de sigilo, o que não autoriza compartilhamento amplo por “interesse público presumido”.
- e) O teleatendimento expande cobertura e eficiência sistêmica, transferindo a salvaguarda do sigilo a normas administrativas internas do órgão executor.

17. Segundo Netto (1992) e Guerra (2000), a renovação crítica do Serviço Social ancorou-se em matriz teórica que redefiniu a questão social. Qual proposição traduz esse referencial?

- a) A fenomenologia interpretou desigualdades como experiências subjetivas, priorizando sentidos intersubjetivos na compreensão da realidade social.
- b) O funcionalismo concebeu a sociedade como sistema integrado, enfatizando mecanismos de coesão e neutralização dos conflitos estruturais.
- c) O positivismo valorizou modelos normativos universais, vinculando a prática à coleta de dados empíricos e ao tecnicismo metodológico.
- d) O marxismo concebeu a questão social como expressão das contradições do capital, articulando exploração, desigualdade e lutas de classe.
- e) O liberalismo explicou desigualdades como efeito da liberdade individual, legitimando seletividade protetiva e meritocracia regulatória.

18. Considerando o Código de Ética Profissional (1993) e os fluxos intersetoriais entre saúde, educação e justiça, qual proposição expressa de forma mais acurada o dilema relativo ao sigilo profissional?

- a) Elaborar documentos de finalidade definida, linguagem não estigmatizante e circulação restrita, evitando extrapolações probatórias externas ao escopo técnico.
- b) Compartilhar relatórios integrais com instituições parceiras, pois a finalidade pública convergente prescinde de delimitação de escopo ou consentimento.
- c) Priorizar uniformização gerencial dos relatórios, mesmo que a padronização comprometa nuances éticas e a singularidade da intervenção profissional.
- d) Redigir pareceres interpretativos com autonomia plena, ainda que a instituição exija quesitos formais e delimitação prévia de finalidade específica.
- e) Manter reserva absoluta de todos os registros técnicos, impedindo qualquer compartilhamento intersetorial em nome da proteção irrestrita do sigilo.

19. Behring & Boschetti (2007) apontam que a Seguridade Social instituída pela Constituição de 1988 nasce sob a promessa da universalidade e da integralidade, mas sua efetivação logo se viu tensionada pela lógica do ajuste fiscal e pelos mecanismos de compressão orçamentária. As amarras introduzidas por regras como a DRU e, mais recentemente, o teto de gastos, reconfiguraram o pacto social, subordinando direitos a limites fiscais rígidos e abrindo espaço à privatização indireta. Considerando essa crítica, qual proposição expressa de maneira mais acurada tais impactos?

- a) O pacto constitucional preservou integralidade e estabilidade de financiamento, assegurando a expansão universal e equitativa das políticas de saúde, previdência e assistência social em todas as esferas federativas.
- b) A Seguridade foi convertida em regime contributivo exclusivo, restringindo o acesso a benefícios à vinculação formal ao mercado de trabalho e às contribuições previdenciárias obrigatórias.
- c) O sistema social reduziu sua abrangência a categorias profissionais específicas, garantindo cobertura apenas a grupos organizados e mantendo fora da proteção grandes parcelas da população.
- d) A Seguridade afirma direitos universais, mas convive com compressão orçamentária permanente, focalização seletiva e privatização crescente dos serviços, reproduzindo subfinanciamento estrutural crônico.
- e) O arranjo constitucional foi rebaixado a um conjunto de medidas emergenciais residuais, sem densidade normativa contínua ou efetividade no campo dos direitos sociais universais.

20. Para Castel (1998), as metamorfoses da questão social decorrem da recomposição dos suportes (trabalho, proteção social e redes de sociabilidade), gerando zonas de vulnerabilidade quando tais pilares se fragilizam. Nessa chave, qual proposição melhor traduz essa abordagem?

- a) A pobreza é concebida como responsabilidade individual, legitimando respostas moralizantes e seletivas no campo da proteção social.
- b) A vulnerabilidade é tomada como fenômeno conjuntural, solucionado por ciclos de expansão do emprego formal e autorregulação de mercado.
- c) A desfiliação articula fragilidade dos vínculos laborais, retração da proteção social e aprofundamento das desigualdades no capitalismo contemporâneo.
- d) A exclusão social reduz-se a falhas de gestão administrativa, passíveis de correção por

ajustes tecnocráticos e planejamento governamental.

- e) A questão social é entendida como desvio cultural ou comportamental, superável por programas educativos de caráter disciplinador.

21. Segundo Netto (1992) e Iamamoto (2007), a apropriação da tradição marxista no Serviço Social não se deu apenas como escolha teórica, mas como ruptura metodológica, vinculando a análise da questão social à lógica da reprodução do capital. Nesse sentido, “a profissão se reinventa na dialética entre totalidade e particularidade” (Iamamoto, 2007). Qual proposição traduz essa matriz analítica?

- a) A análise da totalidade social como unidade contraditória, em que a questão social revela desigualdades estruturais derivadas da acumulação capitalista.
- b) A valorização da subjetividade como núcleo interpretativo, atribuindo às experiências individuais a chave explicativa da desigualdade contemporânea.
- c) A ênfase na coesão social como princípio funcional, concebendo instituições como instâncias de integração e neutralização de antagonismos sociais.
- d) A construção de modelos universais de fenômenos sociais, fundada na mensuração empírica e na formulação normativa de esquemas preditivos.
- e) A compreensão da desigualdade como expressão da liberdade individual, legitimando seletividade distributiva e critérios meritocráticos de acesso.

22. A gestão por resultados introduz, nas políticas sociais, uma racionalidade instrumental que tende a converter direitos em metas de desempenho. Conforme Yazbek (2009), isso gera o risco de transformar sujeitos de direito em “clientes de indicadores”. Diante desse quadro, qual proposição expressa com maior precisão o padrão ético-político a ser assumido pelo assistente social?

- a) Recontextualizar indicadores, explicitando limitações metodológicas e recusando usos sancionatórios que transformem vulnerabilidades em falhas de desempenho.
- b) Realinhar metas a parâmetros exequíveis, aceitando a descontinuidade de direitos sempre que a série histórica de produtividade apresentar desempenho inferior.
- c) Manter neutralidade avaliativa, pois a aderência quantitativa às metas assegura objetividade e elimina ingerências políticas no processo de execução.
- d) Substituir acompanhamentos qualitativos por métricas padronizadas, garantindo comparabilidade estatística e uniformidade gerencial intermunicipal.

- e) Vincular benefícios sociais à performance em atividades pactuadas, admitindo condicionalidades como critério distributivo e regulador de eficiência.

23. Segundo Behring & Boschetti (2007), o avanço neoliberal nos anos 1990 não se limitou ao subfinanciamento, mas também implicou a difusão de lógicas de quase-mercados no interior das políticas sociais, criando modalidades híbridas de provisão, baseadas em contratualização, parcerias público-privadas e competição regulada entre prestadores. Esse movimento tensiona a universalidade e abre espaço à mercantilização da proteção social. À luz dessa leitura, qual proposição melhor traduz esse processo?

- a) A Seguridade consolidou-se como sistema estável e universal, com financiamento previsível e cobertura igualitária em todas as áreas, blindada das pressões neoliberais.
- b) O arranjo constitucional foi inteiramente convertido em regime contributivo fechado, excluindo assistência e saúde como direitos e subordinando proteção exclusivamente à previdência.
- c) O pacto social limitou-se a categorias corporativas, conferindo acesso apenas a determinados grupos de trabalhadores formalmente organizados e suas famílias.
- d) A universalidade normativa foi tensionada pela mercantilização indireta via quase-mercados, pela contratualização de serviços sociais e pela focalização seletiva, produzindo desigualdade no acesso.
- e) O sistema foi reduzido a práticas de caráter caritativo e emergencial, sem pretensão de universalidade ou de reconhecimento da seguridade como direito constitucional permanente.

24. Robert Castel (1998) introduziu a categoria de desfiliação para compreender a questão social contemporânea, apontando que a precarização do trabalho e a retração dos sistemas protetivos produzem “zonas de vulnerabilidade” que desestabilizam a coesão social. Qual proposição expressa com maior precisão essa concepção?

- a) A questão social é explicada como desvio individual de conduta, solucionável por estratégias moralizadoras e intervenções de caráter psicologizante.
- b) A vulnerabilidade é compreendida como fenômeno biológico e cultural, sendo naturalizada como expressão inevitável das sociedades humanas.
- c) A desfiliação articula a precarização das relações laborais, a retração da proteção social e o aprofundamento das desigualdades no capitalismo neoliberal.

- d) A desigualdade é reduzida à insuficiência de renda, corrigível por programas focalizados de transferência monetária de caráter compensatório.
- e) A exclusão social é interpretada como falha administrativa, corrigível por reformas burocráticas e aperfeiçoamentos tecnocráticos na gestão pública.

25. No campo das políticas sociais, as parcerias público-privadas (PPPs) suscitam debates quanto à governança, accountability e captura de interesses. Kliksberg (1998) alerta para o risco de “privatização do interesse público sob a forma de cooperação”. Tenório (2005), por sua vez, destaca a necessidade de mecanismos de controle social. Qual proposição expressa com maior precisão esse tensionamento?

- a) As PPPs ampliam investimentos e podem fortalecer políticas sociais, mas expõem riscos de captura privada e fragilização do controle democrático.
- b) As PPPs consolidam modelo estável de cooperação público-privada, garantindo universalidade plena de direitos sociais e financiamento contínuo em todos os setores.
- c) As PPPs substituem a ação estatal universal por estratégias mercantis, instituindo arranjos exclusivamente privados em lugar das políticas públicas.
- d) As PPPs asseguram legitimidade plena às políticas sociais, eliminando contradições distributivas e consolidando gestão participativa sem restrições.
- e) As PPPs representam neutralidade administrativa, reduzindo políticas sociais a contratos técnicos destituídos de conteúdo político ou disputa hegemônica.

26. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014) redesenhou as parcerias entre Estado e OSCs, exigindo planejamento, transparência e controle social. À luz de Kliksberg (1998) e Tenório (2005), que destacam a centralidade da governança democrática e do controle público, como se caracteriza de forma mais acurada a lógica instituída pelo MROSC?

- a) O MROSC prioriza a eficiência financeira, permitindo reprogramação unilateral de metas desde que os gastos não ultrapassem o teto orçamentário pactuado.
- b) O MROSC presume a capacidade técnica das OSCs, dispensando chamamento formal quando houver histórico de atuação documentado por relatórios satisfatórios.
- c) O MROSC centraliza a fiscalização no ente público, facultando a publicidade apenas após a execução contratual, evitando interferências durante a implementação.

- d) O MROSC autoriza a seleção direta da OSC quando reconhecida urgência social pelo gestor, mesmo sem plano de trabalho e indicadores de acompanhamento.
- e) O MROSC vincula chamamento público a planejamento e metas verificáveis, exigindo monitoramento sistemático e participação social na avaliação dos resultados.

27. A relação entre ética profissional e direitos humanos, segundo Barroco (2010), não pode ser dissociada, pois a ética do Serviço Social é “uma ética de liberdade, fundada na luta pela universalização dos direitos”. Considerando esse referencial, de que modo deve ser compreendida a vinculação entre ética e direitos humanos na prática profissional?

- a) Como neutralidade documental, evitando referenciais de direitos humanos a fim de resguardar a suposta imparcialidade técnica perante órgãos de controle.
- b) Como compromisso com a justiça social, adotando linguagem não discriminatória e fundamentação técnico-jurídica que permita a exigibilidade de direitos sociais.
- c) Como esferas distintas, preservando a ética no âmbito privado da profissão e remetendo os direitos humanos à atuação exclusiva do Poder Judiciário.
- d) Como substituição da fundamentação em direitos por protocolos de risco, já que decisões distributivas devem obedecer a critérios de custo-efetividade.
- e) Como atribuição estritamente jurídica, restringindo a defesa de direitos à formalidade legal e às deliberações governamentais de caráter institucional.

28. A Constituição de 1988 instituiu um projeto universalista de proteção social, mas a hegemonia neoliberal alterou seus contornos. Behring & Boschetti (2007) observam que a expansão de programas focalizados e condicionalidades de elegibilidade instituiu uma estratificação no acesso, onde direitos universais são reinterpretados como benefícios condicionados e seletivos. Nesse contexto, qual proposição sintetiza de forma mais rigorosa esse impacto?

- a) A seguridade social restringiu-se exclusivamente a regimes contributivos, eliminando a assistência social e a saúde enquanto direitos universais assegurados na Carta de 1988.
- b) O sistema de proteção social manteve-se imune à agenda neoliberal, garantindo integralidade constitucional, financiamento estável e cobertura universal efetiva.
- c) Políticas concebidas como universais foram reconfiguradas em programas focalizados e seletivos, submetidos a condicionalidades de

acesso e à progressiva mercantilização da proteção social.

- d) O pacto constitucional permaneceu íntegro, mas as políticas sociais foram reduzidas a programas de caráter residual e filantrópico, sem vínculo com a noção de direito social.
- e) O ideário neoliberal fortaleceu a universalidade, ampliando recursos públicos e consolidando um modelo redistributivo de caráter abrangente e equitativo.

29. Netto (2001) e Castel (1998) problematizam a questão social como expressão das contradições do capital, marcada pela precarização do trabalho, pela vulnerabilização e pelo enfraquecimento das redes de proteção social. Considerando esse referencial crítico, de que modo deve ser compreendida a questão social no contexto neoliberal?

- a) Como manifestação de desigualdade estrutural, agravada pela precarização laboral e pela retração das políticas universais de proteção social.
- b) Como problema individual de conduta, solucionável por estratégias moralizadoras e terapias voltadas à disciplina e responsabilização pessoal.
- c) Como fenômeno natural de ordem biológica e cultural, constituindo fator inevitável das dinâmicas próprias das sociedades humanas.
- d) Como falha pontual de gestão estatal, corrigível por ajustes administrativos e reformas burocráticas em programas governamentais.
- e) Como insuficiência de renda familiar, resolvida por programas compensatórios de caráter focalizado e caráter transitório emergencial.

30. Matus (1996) concebe o planejamento como estratégia frente à incerteza, articulando racionalidade e poder, enquanto Teixeira (2002) o define como mediação técnico-política em contextos de disputa, ancorada em diagnóstico crítico e participação social. À luz dessas contribuições, qual formulação expressa com maior precisão a função do planejamento social?

- a) Assume caráter de técnica normativa verticalizada, subordinada a diretrizes superiores e à racionalidade centralizada das instâncias governamentais.
- b) Corresponde a exercício contábil-financeiro restrito, voltado ao cálculo de indicadores orçamentários e à fixação de metas numéricas de produtividade.
- c) Representa articulação entre racionalidade técnica, mediação política e participação social, configurando espaço de disputa entre projetos e interesses conflitantes.
- d) Configura-se como operacionalização linear de protocolos institucionais, sem mediações críticas ou participação efetiva da sociedade civil organizada.

- e) Define-se como método gerencial padronizado, direcionado à eficiência organizacional e à maximização do uso de recursos administrativos escassos.

31. Iamamoto (2007) destaca que a pesquisa em Serviço Social é prática social articulada à historicidade e ao projeto ético-político, enquanto Minayo (2010) a define como mediação entre teoria e realidade, superando a coleta de dados em sentido estrito. Nessa perspectiva, como deve ser compreendida a pesquisa no campo do Serviço Social?

- a) Configura exercício de observação distanciada, limitado à produção descritiva e à ausência de compromissos com processos de mudança social ampla.
- b) Assume perfil de neutralidade metodológica, concebida como processo empírico-estatístico destituído de implicações sociais ou de horizonte político emancipatório.
- c) Traduz-se em atividade administrativa de gestão, estruturada em relatórios padronizados voltados a rotinas institucionais sem densidade crítica.
- d) Expressa descrição linear e quantitativa de fenômenos, desprovida de diálogo com referenciais dialéticos ou perspectivas críticas de transformação.
- e) Constitui articulação entre categorias críticas, análise histórica e compromisso transformador, superando limites burocráticos e técnicos da mera coleta informacional.

32. A Lei Orgânica da Assistência Social (1993) consagrou a assistência como direito social, rompendo com práticas estritamente filantrópicas. Contudo, Boschetti (2009) enfatiza que sua materialização convive com focalização, seletividade e subfinanciamento. Considerando esse quadro, de que modo se expressa a contradição inscrita na LOAS?

- a) Estrutura-se em lógica contributiva de mercado, vinculando benefícios sociais ao vínculo formal de trabalho e à contribuição previdenciária compulsória.
- b) Afirma a assistência como direito de cidadania, mas permanece tensionada por focalização seletiva, restrição orçamentária e limites à universalidade.
- c) Reafirma moldes filantrópicos tradicionais, desvinculando-se da seguridade social e preservando práticas caritativas de caráter assistencialista.
- d) Descentraliza responsabilidades estatais, transferindo integralmente funções públicas ao setor privado, sem mecanismos regulatórios de proteção.
- e) Limita-se a programas emergenciais transitórios, desprovidos de continuidade e

sem consolidação de direitos sociais permanentes à população.

33. Para Gohn (2011), os movimentos sociais são arenas de formação de sujeitos coletivos e de reinvenção democrática, e Ianni (1992) os compreende como disputas hegemônicas que tensionam estruturas de poder. Considerando essa leitura crítica, como podem ser caracterizados os movimentos sociais?

- a) Manifestam-se como iniciativas isoladas e personalizadas, limitadas a reivindicações circunstanciais e desconectadas de processos organizativos coletivos.
- b) Reduzem-se a expressões culturais fragmentadas, circunscritas a manifestações episódicas desprovidas de densidade política ou alcance transformador.
- c) Traduzem-se em demandas setoriais restritas, definidas por interesses locais desarticulados e destituídos de horizonte emancipatório abrangente.
- d) Configuram espaços de resistência coletiva e de produção de sujeitos políticos, tensionando hegemonias e reconfigurando práticas democráticas emancipatórias.
- e) Funcionam como braços auxiliares do Estado, destinados à execução de programas governamentais sem autonomia crítica ou capacidade propositiva.

34. Barcellos (2002) sustenta que o mínimo existencial “não pode ser reduzido a promessa vazia”, e Sarlet (2012) afirma que a reserva do possível é argumento de limitação submetido à proporcionalidade, à priorização transparente e à proibição de retrocesso. Considerando a posição doutrinária majoritária, qual proposição corresponde à perspectiva histórico-crítica?

- a) A reserva do possível não revoga o mínimo existencial, impondo ao Estado justificativa estrita, priorização racional, proporcionalidade e vedação de retrocesso na execução das políticas sociais.
- b) A reserva do possível prevalece automaticamente, legitimando cortes lineares diante de restrições fiscais de caráter conjuntural.
- c) A colisão é estritamente técnica, limitada a cálculos atuariais, sem abertura a deliberação democrática ou controle social.
- d) O mínimo existencial é categoria programática, inaplicável judicialmente em contextos de escassez orçamentária.
- e) A reserva do possível exclui sindicabilidade judicial dos direitos sociais, tornando escolhas públicas imunes à ponderação.

35. Thiollent (2011) diferencia a pesquisa-ação da pesquisa participante ao enfatizar que, além do envolvimento coletivo, há intencionalidade de mudança

planejada e acompanhamento crítico dos efeitos. Nesse horizonte, como se deve compreender a especificidade da pesquisa-ação?

- a) Traduz-se em diagnóstico administrativo institucional, caracterizado por relatórios formais sem participação ativa de sujeitos pesquisados.
- b) Reduz-se a processo observacional, guiado pela neutralidade metodológica e pelo distanciamento analítico em relação às dinâmicas sociais estudadas.
- c) Assume formato de técnica estatística universalizante, voltada à mensuração quantitativa e à formulação abstrata de modelos preditivos.
- d) Constitui articulação entre conhecimento e prática transformadora, estruturada em planejamento coletivo e em monitoramento crítico de seus resultados.
- e) Configura-se como reunião de depoimentos espontâneos, produzidos sem sistematização crítica ou acompanhamento analítico de suas consequências sociais.

36. Matus (1996) define o planejamento como prática estratégica que combina racionalidade e poder, enquanto Teixeira (2002) o concebe como mediação técnico-política vinculada à disputa entre projetos societários. Considerando essa perspectiva, qual caracterização corresponde ao planejamento social?

- a) Constitui execução burocrática de orientações governamentais, limitada ao cumprimento formal de protocolos e à linearidade administrativa estabelecida.
- b) Representa prática administrativa centrada em racionalização de recursos, orientada pelo controle orçamentário e pela eficiência institucional imediata.
- c) Configura técnica normativa subordinada a diretrizes estatais verticais, concebida como instrumento de uniformização e de comando hierárquico centralizado.
- d) Assume a forma de protocolo gerencial voltado a metas quantitativas, indicadores padronizados e relatórios estatísticos de acompanhamento contínuo.
- e) Expressa articulação entre racionalidade técnica, mediação política e participação social, funcionando como espaço de disputa entre projetos societários distintos.

37. Behring (2003) enfatiza que o neoliberalismo no Brasil significou não apenas cortes e focalização, mas uma reconfiguração mais profunda, marcada pela financeirização da política social e pela crescente filantropização da provisão. Netto (2006) observa que esse processo inseriu a lógica do mercado financeiro como parâmetro central das decisões distributivas, ao mesmo tempo em que deslocou responsabilidades para

organizações não estatais, muitas vezes ancoradas em contratos de gestão e métricas de governança importadas do setor privado. Considerando esse quadro, como devem ser caracterizados os impactos do neoliberalismo sobre a proteção social?

- a) Produziram expansão redistributiva e consolidação da universalidade, assegurando financiamento público estável e ampliando justiça social em todas as áreas da seguridade.
- b) Reforçaram a redução da seletividade e o fortalecimento de direitos universais, consolidando políticas públicas equitativas e sustentadas pela solidariedade fiscal ampla.
- c) Garantiram institucionalização de instâncias populares emancipatórias, centradas na deliberação direta e na democratização radical das decisões sociais.
- d) Asseguraram universalização progressiva, com fortalecimento de mecanismos participativos e expansão contínua de políticas sociais universais.
- e) Expressaram-se na subordinação às métricas fiscais e financeiras, na filantropização das ofertas e na contratualização gerencial, restringindo a efetivação da universalidade constitucional.

38. Barroco (2012) interpreta o Código de Ética de 1993 como ruptura com tradições conservadoras, ao fundar a prática profissional em valores de liberdade, igualdade e justiça social. À luz desse referencial, como deve ser compreendido o fundamento ético-político do Código de Ética?

- a) Assume natureza de guia burocrático disciplinar, estruturado em prescrições administrativas e em regras de conduta voltadas à normatização funcional.
- b) Traduz-se em documento declaratório de caráter formal, destituído de densidade normativa e sem implicações concretas para a intervenção profissional cotidiana.
- c) Expressa compromisso com liberdade, igualdade e justiça social, vinculando a profissão ao projeto crítico e à defesa intransigente dos direitos humanos universais.
- d) Fundamenta-se em princípios filantrópicos tradicionais, reforçando práticas caritativas seletivas e preservando traços assistencialistas da intervenção social.
- e) Sustenta-se em pretensa neutralidade técnica, afastando compromissos políticos e desconsiderando referenciais críticos de interpretação da realidade social.

39. Mito (2006) e o CFESS (2012) destacam que a atuação do assistente social no sistema de justiça envolve mediações complexas entre produção de documentos técnicos, defesa de direitos e tensões com a racionalidade jurídica. Considerando esse

enquadramento, qual proposição melhor descreve essa inserção profissional?

- a) Expressa articulação entre elaboração de laudos e pareceres técnicos e a defesa de direitos humanos, tensionando demandas judiciais com princípios ético-políticos.
- b) Reduz-se à execução burocrática de relatórios administrativos, desvinculada de análise crítica e destituída de impactos estruturais sobre direitos sociais.
- c) Baseia-se em neutralidade valorativa, subordinando a autonomia profissional às determinações jurídicas e administrativas do aparato judicial.
- d) Assume a forma de conciliações administrativas, orientadas por critérios de custo-benefício e pela eficiência imediata dos processos judiciais.
- e) Limita-se a função cartorial de registro documental, sem articulação efetiva com políticas públicas, mediações sociais ou conflitos coletivos.

40. Segundo Bento (2002), as ações afirmativas constituem “estratégias institucionais de desconstrução do mito da democracia racial”, e Munanga (2003) enfatiza que tais políticas devem ser compreendidas como instrumentos de reparação histórica e promoção de equidade. Considerando esse debate, como deve ser interpretado o papel das políticas afirmativas no campo do Serviço Social?

- a) Configuram práticas essencialmente retóricas, destituídas de impacto concreto na redistribuição de recursos e na superação das desigualdades históricas persistentes.
- b) Correspondem a medidas simbólicas de caráter voluntarista, sem densidade normativa ou eficácia institucional na redução de desigualdades raciais, étnicas e de gênero.
- c) Funcionam como privilégios individuais, incompatíveis com a democracia, colidindo com o princípio de igualdade formal e a lógica universalista dos direitos sociais.
- d) Representam reconhecimento das desigualdades estruturais e criação de mecanismos reparatórios, articulando direitos universais com medidas específicas de equidade social.
- e) Baseiam-se em noção de neutralidade cultural, desconsiderando identidades coletivas e especificidades históricas no reconhecimento e na formulação de direitos.

FIM